

## Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Direito da Regulação Plano de Ensino

- **Grupo de Pesquisa:** Regulação Internacional
- **Carga Horária:** 30h (2 créditos)
- **Professora responsável:** [Paula Almeida](#)
- **Objetivos:**
  - ✓ Explorar as novas tendências dos processos de formulação normativa internacional por organizações internacionais e entes não estatais (*non-state actors*), que se materializam em novas fontes (não elencadas no artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça, como por exemplo Soft Law);
  - ✓ Abordar, a partir da contribuição dos membros do grupo, os desafios da participação dos entes não estatais na governança global em diferentes áreas temáticas em regulação internacional, como a prática de organizações internacionais públicas, privadas e híbridas (ex: ILO, OECD, ICANN; UN *quasi-judicial bodies*); cortes internacionais e tribunais arbitrais;
  - ✓ Debater questões de legitimidade, *accountability* e autoridade pública, bem como os procedimentos prescritos e as consequências pretendidas para a ordem jurídica global contemporânea;
  - ✓ Propor, a partir dos pré-projetos de pesquisa dos alunos, considerações sobre o provimento de valores da comunidade internacional, expressos em *global public goods*, como os direitos humanos, o direito a um meio ambiente saudável, à saúde e ao desenvolvimento;
  - ✓ Apresentar possíveis alternativas políticas e jurídicas para os desafios a serem apresentados, bem como os mecanismos de *compliance* e *enforcement*; e
  - ✓ Por fim, implementar uma agenda para o desenvolvimento de pesquisas no campo de Regulação Internacional e Governança Global.
- **Contextualização:**

O desenvolvimento de pesquisas no campo de Regulação Internacional e Governança Global ainda é um campo pouco estudado na América Latina. Diante disso, o pressuposto do grupo de pesquisa parte da proposta de realização de uma análise do panorama regulatório internacional – pela qual possam ser observados e avaliados os mecanismos de boa governança e o papel das autoridades regulatórias transnacionais nas negociações e no processo de tomada de decisões internacionais; tal como a presença e a participação dos entes não estatais em instituições internacionais, a emergência de bens públicos globais (*global public goods*) no processo de adjudicação internacional e seus desafios. O grupo visa também a ampliar os estudos sobre a prática da produção normativa nos diferentes contextos regulatórios, além de estimular o interesse no desenvolvimento de pesquisas sobre produção normativa dos órgãos reguladores em âmbito internacional.
- **Problema de pesquisa:**
  - ✓ Quais contribuições podem ser aportadas pela literatura estrangeira sobre teoria da regulação para diferentes problemas regulatórios brasileiros?

▪ **Metodologia:**

O grupo de pesquisa busca associar teoria e prática. Após ter encontros para debater sobre regulação internacional e diferentes métodos de metodologia e pesquisa, com a participação de professores convidados; os membros do grupo apresentarão um pré-projeto de pesquisa acadêmica, buscando implementar os ensinamentos aos desafios regulatórios de determinado setor internacional. Competirá também aos alunos participar criticamente e debater os temas e problemas suscitados por cada apresentação.

A professora mediará e fará intervenções durante as apresentações, além de esclarecer dúvidas e apresentar conceitos relevantes. Dependendo do número de inscritos, a metodologia poderá ser adaptada.

▪ **Produto:**

Cada participante do grupo de pesquisa deverá elaborar um artigo individual contendo uma análise de um problema regulatório brasileiro à luz da Teoria da Regulação.

▪ **Bibliografia:**

**Obrigatória:**

ALMEIDA, PAULA WOJCIKIEWICZ; BOECHAT, P. . Méthodologie Juridique Française / Metodologia Juridica Francesa. Revista Quaestio Iuris, v. 10, p. 955-971, 2017.

ALVAREZ, Jose E. International Organizations and the Rule of Law. In: New Zealand Journal of Public and International Law, vol. 14 (1), 2016, p. 3-46.

CASTAÑEDA, Fabián Augusto Cárdenas. A Call for Rethinking the Sources of International Law: Soft Law and the Other Side of the Coin. In: Anuario Mexicano de Derecho Internacional, vol. 13, 2013, p. 355-403.

CHINKIN, Christine. The Challenges of Soft Law: Development and Change in International Law. In: The International and Comparative Law Quarterly, vol. 38, 1989, p. 850-866.

EPSTEIN, Lee; MARTIN, Andrew D.. An Introduction to Empirical Legal Research (Chapter 1. Some Preliminaries), Oxford University Press, 2014. Available at: <http://empiricallegalresearch.org/>.

EPSTEIN, Lee; MARTIN, Andrew D.. An Introduction to Empirical Legal Research (Chapter 1. Some Preliminaries), Oxford University Press, 2014. Available at: <http://empiricallegalresearch.org/>.

INTERNATIONAL LAW ASSOCIATION, Report on 'Non State Actors', Johannesburg Conference (2016), p. 1-26.

INTERNATIONAL LAW ASSOCIATION, Report on 'Non State Actors', Sofia Conference (2012), p. 4-19.

KRISCH, Nico; KINGSBURY, Benedict. Introduction: Global Governance and Global Administrative Law in the International Legal Order. In: The European Journal of International Law, vol 17, no. 1, EJIL, 2006, p. 1-13.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; FEFERBAUM, Marina (eds). Metodologia Jurídica. Saraiva, 2012 (série GVlaw).

SMITH, NATHAN D.; TAYLOR, JASON P. (eds). Descartes and Cartesianism. Cambridge Scholars Press, Newcastle, 2005 (vários capítulos).

**Complementar:**

ALLOZ. Fiche de Méthodologie, Le Commentaire d'Arrêt. 2016. Disponible à [http://fiches.dallozetudiant.fr/methodologie/fiche/23/h/3a80a3cca19299df19c3bb8d71deb6c.html?tx\\_dallozrevision\\_pi1%5Bonglet%5D=2](http://fiches.dallozetudiant.fr/methodologie/fiche/23/h/3a80a3cca19299df19c3bb8d71deb6c.html?tx_dallozrevision_pi1%5Bonglet%5D=2).

BALDWIN, Robert; CAVE, Martin; LODGE, Martin (2012). Understanding Regulation: theory, strategy and practice. Oxford University Press. (Capítulo 3: "What is Good Regulation"; Capítulo 15 "Cost-Benefit Analysis and Regulatory Impact Assessment; Capítulo 16 "Accountability, Procedures and Fairness).

BODANSKY, Daniel Bodansky. What's in a Concept? Global Public Goods, International Law and Legitimacy. In: The European Journal of International Law, vol. 23 (3), 2012, p. 651-668.

BOX-STEFFENSMEIER, J.M.; BRADY, H.E.; COLLIER, D, (eds.) The Oxford Handbook of Political Methodology. Oxford University Press, 2008. (Parte VIII - Qualitative Tools for Descriptive and Causal Inference. LEVY, Jack – "Counterfactuals and Case Studies". GERRING, John – "Case Selection for Case-Study Analysis: Qualitative and Quantitative Techniques").

BOX-STEFFENSMEIER, J.M.; BRADY, H.E.; COLLIER, D, (eds.) The Oxford Handbook of Political Methodology. Oxford University Press, 2008.

BRUNT, Liam, Property Rights and Economic Growth: Evidence from a Natural Experiment (November 8, 2011). NHH Dept. of Economics Discussion Paper Nº. 20/2011.

CARPENTER & MOSS (2014). "Introduction" In Preventing regulatory capture: special interest influence and how to limit it / [edited by] Daniel Carpenter, Harvard University, David A. Moss, Harvard University.

CHAZOURNES, Laurence Boisson de. Changing Roles of International Organizations: Global Administrative Law and the Interplay of Legitimacies. In: International Organizations Law Review, vol. 6, 2009, p. 656-666.

CHAZOURNES, Laurence Boisson de. Changing Roles of International Organizations: Global Administrative Law and the Interplay of Legitimacies. In: International Organizations Law Review, vol. 6, 2009, p. 656-666.

COGLIANESE, Cary (2002). "Empirical Analysis and Administrative Law". Faculty Scholarship. Paper 978.

COGLIANESE, Cary (2012). Measuring Regulatory Performance: Evaluating the Performance of Regulation and Regulatory Policy | Expert Paper Nº. 1, August, OECD. Available at: [https://www.oecd.org/gov/regulatorypolicy/1\\_coglianeseweb.pdf](https://www.oecd.org/gov/regulatorypolicy/1_coglianeseweb.pdf).

COGOLATI, Samuel; HAMID, Linda; VANSTAPPEN, Nils. Global Public Goods and Democracy in International Legal Scholarship. In: Cambridge Journal of International and Comparative Law, vol. 5 (1), 2015, p. 4-30.

D'ASPREMONT, Jean. International Law-Making by Non-State Actors: Changing the Model or Putting the Phenomenon into Perspective?. In: NOORTMANN, Math; RYNGAERT, Cedric (eds). Non-State Actor Dynamics in International Law: From Law-Takers to Law-Makers. London: Routledge, 2010, p. 171-194.

DALLOZ. Fiche de Méthodologie, La Dissertation. 2016. Disponible à [http://fiches.dallozetudiant.fr/methodologie/fiche/23/h/2fe0325e070ff14e9a5a8808436abc8.html?tx\\_dallozrevision\\_pi1%5Bonglet%5D=1](http://fiches.dallozetudiant.fr/methodologie/fiche/23/h/2fe0325e070ff14e9a5a8808436abc8.html?tx_dallozrevision_pi1%5Bonglet%5D=1).

DALLOZ. Fiche de Méthodologie, Le Commentaire de Texte. 2016. Disponible à [http://fiches.dallozetudiant.fr/methodologie/fiche/23/h/700bcb8057c3325121dddcd75161574.html?tx\\_dallozrevision\\_pi1%5Bonglet%5D=3](http://fiches.dallozetudiant.fr/methodologie/fiche/23/h/700bcb8057c3325121dddcd75161574.html?tx_dallozrevision_pi1%5Bonglet%5D=3).

DAMETTE, Éliane, DARGIROLLE, Françoise. Méthode de français juridique. Dalloz, Paris, 2012.

- DANA & NADLER (2019). Regulation, Public Attitudes, and Private Governance. *Journal of Empirical Legal Studies*.
- DÉFRENOIS-SOULEAU, Isabelle. Je veux réussir mon droit méthodes de travail et clés du succès, Armand Colin, 5ème éd., Paris, 2004.
- DESCARTES, René. Discours de la méthode, 1637.
- DESCARTES, René. Règles pour la direction de l'esprit, 1628-1629.
- DREYFUS, Simone, NICOLAS-VULLIERME, Laurence. La thèse de doctorat et le mémoire. Éditions Cujas, 3ème éd., Paris, 2000.
- DUNNING, Thad. Natural Experiments in the Social Sciences: a design-based approach. Cambridge University Press, 2012.
- ESTY, Daniel. Good Governance at the Supranational Scale: Globalizing Administrative Law. In: *Yale Law Journal*, vol. 115, 2006, p. 1493-1560.
- FEARON, John (1991). Counterfactuals and Hypothesis Testing in Political Science. *World Politics*. Vol. 43, n. 2.
- GALIANI, Sebastian a SCHARGRODSKY, Ernesto (2010). "Property rights for the poor: Effects of land titling". *Journal of Public Economics*, vol. 94. Available at: <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2010.06.002>.
- GALINDO, George R. B. Symposium On The Marshall Islands Case On Form, Substance, And Equality Between States. In: *The American Journal of International Law*, vol. 111, 2017, p. 75-80.
- GERRING, John. Case Study Research: Principles and Practices. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- GERRING, John. Social Science Methodology. Cambridge: Cambridge University Press 2011.
- GOERTZ, Gary (2005). Social Science Concepts: A User's Guide. Princeton, Princeton University Press, 2005. (Introdução)
- GOERTZ, Gary (2005). Social Science Concepts: A User's Guide. Princeton, Princeton University Press, 2005. (Capítulos 2 e 3).
- GUZMAN, Andrew T.; MEYER, Timothy L. International Common Law: The Soft Law of International Tribunals. In: *Chicago Journal of International Law*, n. 9; 2008 p. 515-531.
- HOECKE, Mark Van (2011). Methodologies of Legal Research Which Kind of Method for What Kind of Discipline? Hart Publishing. (Capítulo 1).
- HOLLIS, Duncan. Private actors in public international law: Amicus curiae and the case for the retention of state sovereignty. In: *Boston College International and Comparative Law Review*, vol. 25 (2), 2002, p. 235-256.
- INTERNATIONAL LAW ASSOCIATION. Accountability of International Organizations, Berlin Conference (2004). In: *International Organizations Law Review*, 2004, p. 221-293.
- KINGSBURY, Benedict; SCHIL, Stephan. Investor-State Arbitration as Governance: Fair and Equitable Treatment, Proportionality and the Emerging Global Administrative Law. *International Law and Justice Working Paper*, Global Administrative Law Series, N. 6, 2009.
- KRAJEWSKI, Markus. International Organizations or Institutions, Democratic Legitimacy. In: *Max Planck Encyclopedia of Public International Law*, 2019.

- KRISCH, Nico; KINGSBURY, Benedict. The Emergence of Global Administrative Law. In: Law and Contemporary Problems, vol. 68, 2005, p. 15-61.
- LEVY, Jack (2015). Counterfactuals, Causal Inference, and Historical Analysis. Security Studies, 24:378–402.
- MAHONEY, & GOERTZ - Tale of Two Cultures: Contrasting Quantitative and Qualitative Research.
- MCCORQUODALE, Robert. Sources and the Subjects of International Law: A Plurality of Law Making Participants. In: D'ASPREMONT, Jean; BESSON, Samantha (eds.). The Oxford Handbook of the Sources of International Law. Oxford University Press, 2017, p. 1-18.
- MCWHINNEY, Edward. The International Court of Justice and International Law-Making: The Judicial Activism/Self-Restraint Antinomy. In: Chinese Journal of International Law, vol. 5, No 1, 2006, p. 3-14.
- MENDES, Joana; VENZKE, Ingo. Introducing the Idea of Relative Authority In: MENDES, Joana; VENZKE, Ingo. Allocating Authority: Who Should do What in European and International Law. Oxford and Portland, Oregon: Hart Publishing, 2018, p. 1-22.
- MITHCELL, Gregory (2004). Case Studies, Counterfactuals, and Causal Explanations. University of Pennsylvania Law Review, Vol. 152, No. 5.
- MORGAN, Stephen L. and WINSHIP, Christopher. Counterfactuals and Causal Inference: Methods and Principles for Social Research (Analytical Methods for Social.), Cambridge University Press, 2015.
- OLIVEIRA, Luciano (2004). Não fale do Código de Hamurábi! A pesquisa sócio-jurídica na pós-graduação em Direito. In: Sua excelência o comissário e outros ensaios de Sociologia Jurídica. Rio de Janeiro: Letra Legal.
- PANSIER, Frédéric-Jérôme. Méthodologie du Droit. Objectif Droit, Litec, 4ème édition, 2005.
- PAPASTAVRIDIS, Efthymios. Military and Paramilitary Activities in and against Nicaragua (Nicaragua v. United States of America), 1986. In: WOJCIKIEWICZ ALMEIDA, Paula; SOREL, Jean-Marc (eds.). Latin America and the International Court of Justice: contributions to international law. New York: Routledge, 2016, p. 211-222.
- PARKER, David Parker & KIRKPATRICK (2012). The Impact of the Regulatory Policy: a literature review of quantitative evidence. OCDE; Expert Paper, n.3.
- RIBEIRO, Leandro Molhano (2010). "Estudos Empíricos no Direito: questões metodológicas". In: José Ricardo Cunha (org.) Poder Judiciário: novos olhares sobre gestão e jurisdição. Rio de Janeiro: Editora da FGV.
- RIDLEY, Diana. The Literature Review: a step-by-step guide for students, Sage, 2008.
- RODLEY, N. The International Court of Justice and human rights treaty bodies. In: ANDENAS, M.; BJORGE, E. (Eds.). A Farewell to Fragmentation: Reassertion and Convergence in International Law. Cambridge: Cambridge University Press, 2015, p. 87-108.
- SHAFFER, Gregory. International Law and Global Public Goods in a Legal Pluralist World. In: The European Journal of International Law, vol. 23 (3), 2012, p. 669-693.
- SIMMA, Bruno. From Bilateralism to Community Interest in International Law. In: Recueil des Cours de l'Académie de Droit International 250, 1994 p. 229-248; 285-321.
- TCU (2013). Relatório de Auditoria da Governança das Agências Reguladoras.

VON BERNSTORFF, Jochen, Authority Monism in International Organisations: A Historical Sketch. In: MENDES, Joana; VENZKE, Ingo. Allocating Authority: Who Should do What in European and International Law. Oxford and Portland, Oregon: Hart Publishing, 2018.

VON BOGDANDY, Armin von; VENZKE, Ingo. Beyond Dispute: International Judicial Institutions as Lawmakers. In: German Law Journal, vol. 12, issue 5, 2011, p. 979-993.

VON BOGDANDY, Armin; PHILIPP, Dann; GOLDMANN, Matthias. Developing the Publicness of Public International Law: Towards a Legal Framework for Global Governance Activities. In: German Law Journal, vol. 9, 2008, p. 1375-1400.

VON BOGDANDY, Armin; VENZKE, Ingo. The Spell of Precedents: Lawmaking by International Courts and Tribunals. In: ROMANO, Cesare; ALTER, Karen J; SHANY, Yuval (eds.). The Oxford Handbook of International Adjudication. Oxford University Press, 2014, p. 503-522.

VON STADEN Andreas. No Institution is an Island: Checks and Balances in Global Governance. In: MENDES, Joana; VENZKE, Ingo. Allocating Authority: Who Should do What in European and International Law. Oxford and Portland, Oregon: Hart Publishing, 2018.

WOJCIKIEWICZ ALMEIDA, Paula; SOREL, Jean-Marc. Editors' introduction. In: WOJCIKIEWICZ ALMEIDA, Paula; SOREL, Jean-Marc (eds.). Latin America and the International Court of Justice: contributions to international law. New York: Routledge, 2016, p. xvii-xxi.